

Aliança aprova emenda da Constituinte de Sarney

O presidente do Supremo comandará instalação da Assembléia no dia 1º de fevereiro de 1987

GILBERTO ALVES



O Presidente conseguiu o apoio unânime dos líderes da Aliança para a emenda da Constituinte, considerada "tecnicamente perfeita"

A emenda de convocação da Constituinte, aprovada ontem pelo Conselho Político do Governo, tem apenas quatro artigos e traz uma novidade: indica o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, para presidir a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte. O prazo para a elaboração da nova Constituição será de um ano. Abaixo, a íntegra do projeto.

Artigo 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo das suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Artigo 2º — A Assembléia Nacional Constituinte não se aplicam as limitações do artigo 47, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Artigo 3º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá, com suprema autoridade, a eleição do seu presidente.



Moreira Alves

Artigo 4º — O projeto de Constituição deverá ser promulgado no curso da 1ª Sessão legislativa, na 4ª legislatura, depois de aprovada em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Borja: curto e objetivo

"Tecnicamente perfeita". Essa foi a definição que as lideranças da Aliança Democrática deram à mensagem do Governo, que convoca para 1º de fevereiro de 87 a Assembléia Nacional Constituinte. A minuta do projeto, elaborada pelo jurista Célio Borja, assessor especial do presidente José Sarney, foi aprovada por unanimidade ontem, na reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto.

Além das lideranças da Aliança e dos ministros da Justiça, Fernando Lyra e o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, Sarney convocou para a reunião do Conselho o assessor Célio Borja, que explicou a todos os detalhes da sua proposta.

Borja disse que procurou fazer uma mensagem "curta e objetiva". A grande novidade foi a indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, para presidir a sessão de instalação da Constituinte.

Desta forma, o Governo oficializa a participação dos Três Poderes no ato de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. O Executivo enviará a mensagem na sexta-feira, o Legislativo a aprovará no segundo semestre e o Judiciário referendará o ato através da participação do presidente do STF na sessão inaugural da Constituinte.

Em seu primeiro artigo, a mensagem do Governo exclui como membros da Constituinte, os senadores eleitos em 1982, com mandato até 1990. "Caberá à própria Assembléia decidir se há ou não necessidade de se promover um plebiscito para que o povo referende esses senadores", esclareceu o líder do Governo no Senado, Humberto Lucena. Célio Borja, assessorado por outros juristas, teve a precaução de ressaltar, no

segundo artigo da mensagem, que a Constituinte não observará as limitações do artigo 47, parágrafo primeiro da Constituição. Isso significa que os deputados e senadores encarregados de elaborar uma nova Carta, poderão inclusive abolir a Federação ou a República. "A Constituinte pode tudo", afirmou Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado.

Esta é, aliás, uma das diferenças entre a proposta do Governo e a emenda Gastone Righi, em tramitação no Congresso. A proposição do líder do PTB na Câmara estabelece que a Constituinte pode tudo, menos abolir a Federação ou a República, obedecendo às determinações do parágrafo primeiro do artigo 47 da Constituição.

A nova Constituição será promulgada, segundo o último artigo da mensagem do Executivo, ao final da sessão legislativa de 1987. Todas as propostas de emenda terão que ser aprovadas em dois turnos, pela maioria absoluta dos votos de todos os membros da Constituinte.

Os senadores e deputados constituintes terão também as atribuições de legisladores ordinários. O funcionamento normal da Câmara e do Senado será regulamentado também pela Constituinte. "As leis ordinárias serão votadas durante o período da manhã ou em apenas um dia da semana", explicou Humberto Lucena.

O ministro Moreira Alves, após declarar instalada a Constituinte, promoverá a eleição do presidente efetivo da Assembléia. Logo em seguida, os parlamentares discutirão e votarão um regimento interno para regular os trabalhos legislativos. Nesse regimento deve constar o horário de funcionamento ordinário do Congresso.

PT discorda radicalmente

Ao analisar a proposta de emenda constitucional que o Governo pretende enviar na sexta-feira ao Legislativo, convocando a Assembléia Nacional Constituinte, o líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, deputado Djalma Bom (SP), discordou radicalmente do texto, lembrando que o partido já divulgou publicamente suas teses a respeito.

O PT entende que a Constituinte deve ser eleita em 1º de março de 86 e instalada em 21 de abril do mesmo ano, com poderes para ela-

borar uma nova Constituição. Ao finalizar suas funções constituintes, terminaria, também, o mandato dos eleitos em março. E, em novembro, novas eleições seriam feitas para formar um novo Congresso.

Outra crítica feita pelo líder do PT quanto à proposta do Governo aprovada ontem pelo Conselho Político foi com relação à origem do ato convocatório. Segundo ele, nas circunstâncias atuais, esta seria uma prerrogativa do Congresso Nacional e não do Poder Executivo.

PDT insiste nas diretas

Quando for convidado a apresentar sugestões à proposta governamental de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o PDT vai aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, reacender o debate em torno da sua antiga tese do restabelecimento das eleições presidenciais diretas em 86. Foi o que revelou o líder do partido na Câmara, deputado Nadyr Rossetti (RS), ao analisar a proposta aprovada ontem pelo Conselho Político.

"Entendemos que a me-

lhor forma de evitar o condicionamento político e econômico na Constituinte seria a convocação de eleições gerais em todos os níveis em 86", opinou.

Outro ponto de que o líder pedetista discordou em relação à proposta do Executivo refere-se aos senadores eleitos em 82. Rossetti ir.a apresentar propostas no sentido de que os 23 senadores eleitos em 82 também sejam submetidos à eleição específica para a Assembléia Nacional Constituinte.

PFL dá um passo à frente

A Frente Liberal começa a se preparar para Campanha de 1986, selecionando ideias para a Constituinte que poderão inclusive resultar no anteprojeto de Constituição. Esse trabalho ficará a cargo do Instituto de Pesquisas do PFL, presidido pelo deputado Lúcio Alcântara (CE), e será coordenado pelo ex-líder do MDB, na Câmara, Laerte Vieira Ramos. Os primeiros nomes que participaram da Comissão Pró-

Constituinte do PFL começaram a ser escolhidos ontem.

A decisão de se formar a Comissão foi tomada ontem durante reunião da Executiva do PFL. Segundo o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen, a ideia visa a identificar o partido junto ao eleitorado através da uniformização de linguagem durante a campanha que elegerá os parlamentares que participarão da Constituinte.

Righi considera pirataria

"É um ato de pirataria legislativa". Foi esta a reação do líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), ao tomar conhecimento da minuta do ato convocatório da Assembléia Nacional Constituinte, aprovado ontem pelo Conselho Político do Governo. Righi tem proposta de emenda à Constituição em termos semelhantes à que o Executivo pretende enviar ao Congresso na sexta-feira, e cuja discussão já

foi encerrada, podendo entrar na Ordem do Dia a qualquer momento. A proposta, segundo informou, contava com total apoio do presidente Tancredino Neves.

Com "profundo constrangimento por ver uma cópia mal feita da minha emenda", Righi lembrou que por quatro vezes esteve com Tancredino, oportunidade em que discutiram a sua proposta de emenda convocando a Constituinte.

Lyra ainda colhe as sugestões

O presidente José Sarney incumbiu o ministro da Justiça, Fernando Lyra, de colher, junto aos líderes dos partidos de oposição no Congresso Nacional, sugestões para a mensagem de convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Ao transmitir a informação, após reunião do Conselho Político, o líder do governo no Senado, Humberto Lucena, esclareceu que "Sarney está recebendo sugestões até amanhã (hoje). Somente na sexta-feira, antes de seu lançamento oficial, a mensagem será fechada", assegura o líder.

Lyra se comprometeu a entregar a cada líder de oposição uma cópia da minuta da mensagem. Todas as lideranças oposicionistas foram, aliás, convidadas para a solenidade de lançamento da minuta, sexta-feira, no Palácio do Planalto.

O Governo programará um grande ato público, com a participação de todos os ministros de Estado, presidentes da Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal, juristas como Afonso Arinos, Sobral Pinto e o presidente da OAB e todas as pessoas que participa-

ram da Constituinte de 1946.

Entre os deputados constituintes de 46, estão, por exemplo, Luis Carlos Prestes; João Amazonas, secretário-geral do PC do B; Barbosa Lima Sobrinho e os deputados Ernani Satyro (PDS-CE) e Manuel Novais (PDS-BA). O secretário de Imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, reconheceu que o cerimonial do Palácio do Planalto está encontrando dificuldades para localizar os constituintes de 46.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra afirmou ontem que acredita no apoio de todos os partidos à proposta de emenda constitucional convocando a Assembléia Nacional Constituinte, que será encaminhada ao Congresso na próxima sexta-feira, pelo presidente José Sarney. O Congresso, salientou o ministro, é soberano e pode propor alterações, "mas espera-se que a emenda seja aprovada dentro do esboço a ser apresentado pelo Governo".

Fernando Lyra lembrou que a Constituinte é um consenso nacional e representa o marco zero na de-

moocratização do País, e diante disso, os partidos certamente apoiarão a proposta de emenda a ser encaminhada pelo presidente José Sarney. O ministro considerou o texto da emenda "oportuno e inteligente", sobretudo no que diz respeito à participação dos senadores eleitos em 1982, com mandatos de oito anos.

A respeito dos senadores eleitos em 1982, o ministro Fernando Lyra disse que o texto da emenda é perfeito porque não determina se eles terão ou não poder constituinte. Esta questão, observou o ministro, deverá ser solucionada pelo Congresso ou pelo regimento interno da Constituinte.

Em relação à comissão constitucional encarregada de elaborar um esboço de anteprojeto da nova Carta, a ser submetido à Constituinte, o ministro Fernando Lyra disse que o decreto que criará a comissão será assinado pelo presidente José Sarney, na primeira semana de julho. Os nomes dos membros que farão parte da comissão serão anunciados pelo Presidente, e serão representativos da sociedade brasileira.

Ulysses não nega boatos

O presidente da Câmara Ulysses Guimarães considerou a função honrosa, mas preferiu não fazer maiores comentários sobre as especulações surgidas ontem no Congresso dando como certo o seu nome para presidir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a ser instalada em 1º de fevereiro de 1987, de acordo com a emenda que o presidente José Sarney deverá assinar na próxima sexta-feira, às 10 horas.

Para Ulysses ainda é muito cedo para este tipo de especulação. "Tem muito chão para ser percorrido. E, naturalmente, uma função altamente honrosa. Mas tem muita água para passar por baixo desta ponte", comentou, dizendo que a princípio o anteprojeto que foi analisado na reunião do conselho político tem uma virtude: é curto.

Hoje, depois de analisar com calma o anteprojeto da Constituinte, Ulysses falará à imprensa para revelar suas impressões e se terá alguma sugestão a oferecer. A princípio acha de fundamental importância que o texto seja submetido

ao PMDB para um amplo debate.

Embora não tenha se alongado sobre o anteprojeto, Ulysses comentou por alto que, em todas as hipóteses, é importante que fique claro e estabelecido que a Constituinte não pode ter qualquer condicionamento. "Se ela vai ser livre e soberana, evidente, que não pode ficar condicionada a nada".

Voltando a comentar a já propagada escolha do seu nome para presidir os trabalhos da Constituinte, Ulysses observou, sorridente, que não é tradição a presidência ser exercida por senador. "Sem dúvida nenhuma, é uma função altamente honrosa. Todas as pessoas que foram presidentes de uma Constituinte, ficaram na história de nosso País".

Já o líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso disse que durante a reunião do conselho político todas as conversas foram sobre a convocação da Constituinte. Ele leu o anteprojeto e acha que ele não deverá sofrer mudanças fundamentais.

OAB não vai participar de comissão

Rio — A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não indicou, nem indicará, nenhum representante para integrar a comissão que elabora, no âmbito do Executivo, um anteprojeto de Constituição. Foi o que garantiu o presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Assis Baeta, mesmo depois de ter sido publicado na imprensa que a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) teriam indicado representantes para a "comissão de notáveis", ora em formação. Baeta entrou em contato com o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, que também negou haver feito qualquer indicação.

A OAB reafirma sua posição totalmente contrária à comissão e volta a afirmar que vê nisso um "sério perigo" à democracia na medida em que uma "comissão de notáveis" reúne condições para desvirtuar a Constituição de seu conteúdo popular.

Itamar faz críticas a anteprojeto

O senador Itamar Franco (MG), embora do PMDB, foi o primeiro parlamentar, já ontem à noite, a protestar da tribuna do Senado contra o texto do ato convocatório da Assembléia Nacional Constituinte pelo presidente da República, conhecido através de minuta distribuída aos políticos.

"A gente começa a ficar preocupado, disse Itamar, porque o art. 2º é uma aberração, quando determina que a Assembléia não se aplicam as limitações do art. 47, § 1º, da Constituição" (este dispositivo preceitua que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República").

Itamar Franco também discordou do art. 3º, que diz caber ao presidente do STF instalar a Assembléia Nacional Constituinte e dirigir "com suprema autoridade" a eleição do seu presidente.

Nem de fora, nem dentro

"Os senadores eleitos em 82 não foram incluídos, mas também não estão excluídos" da Assembléia Nacional Constituinte, disse ontem o líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga, ao explicar que esta questão deverá ser decidida pelo regimento que disciplinará os trabalhos. Na próxima sexta-feira, às 10 horas, o presidente José Sarney assinará a emenda constitucional propondo a instalação da Constituinte em 1º de fevereiro de 1987, garantiu o líder.

De acordo com Pimenta, o Presidente informou da sua disposição em enviar, antes do recesso parlamentar, a emenda ao Congresso. Ficou decidido ainda que ele convidará os líderes de todos os partidos para assistir à assinatura da emenda.

Basicamente, a emenda presidencial propõe poderes constituintes para os senadores e deputados a serem eleitos em 15 de novembro do próximo ano, mas não assegura a participação dos 23 senadores eleitos em 82. "Como se diz

no interior de Minas, eles pegaram o bonde", comentou o líder explicando que a decisão de "não incluí-los mas também de não excluí-los" não é um mero jogo de palavras.

"A Assembléia Nacional Constituinte é soberana para decidir sobre qualquer questão. Pelo regimento, portanto, poderá equacionar este problema", explicou Pimenta. Pessoalmente, ele acha que seria mais democrático só ter poderes constituintes os que fossem eleitos em 86. "De qualquer maneira, foi esta a solução encontrada", observou.

Sobre a comissão a ser comandada pelo jurista Afonso Arinos para realizar estudos sobre os temas a serem debatidos na Assembléia, Pimenta admitiu que o presidente José Sarney poderá convocá-la por decreto a qualquer momento, podendo isto acontecer até mesmo na próxima sexta-feira, durante a assinatura da emenda. Adiantou ainda que, caso isto não aconteça, durante o recesso parlamentar "é bem possível que o Presidente tome esta atitude".